
**ROMANCE E DISSIMULAÇÃO NA ESCRITA DOS
PERIÓDICOS LUSO-BRASILEIROS DO SÉCULO XIX:
ADELAIDE DE SARGANS, ASARCE E ISMÊNIA E CARTAS
DE UMA PERUVIANA**

Novel and dissimulation in the writing of the Luso-Brazilian
newspapers of the 19th century: *Adelaide de Sargans, Asarce e Ismênia* and
Cartas de uma peruviana

Socorro de Fátima Pacífico Barbosa¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir o processo de citação, apropriação e usos da escrita jornalística no século XIX em Portugal e no Brasil e estabelece algumas proposições para uma abordagem mais verossímil das estratégias de editoração e de publicação dos periódicos desse tempo. Ao abordar três títulos de prosa de ficção na perspectiva de sua publicação nos jornais — *Adelaide de Sargans*, com autoria atribuída à Baronesa de Wart, *Asarce e Ismênia*, de Montesquieu e *Cartas de uma peruviana*, Françoise de Graffigny — aos quais daremos o título genérico de romance, embora tenhamos consciência da instabilidade deste gênero no tempo aqui abordado, este artigo visa também contribuir com a historiografia literária, sobretudo aquela que tenta inscrever o romance e suas variadas formas de se mostrar no contexto dos periódicos. Defende-se que, desde o século XVIII, o periódico foi suporte jornal o que promoveu a fundação do romance, uma vez que, desde esta época trazia narrativas de todas as formas em fatias, em pedaços e que circulavam, seja em folhas, seja em forma de livros por vários cantos do universo luso-brasileiro. Tenta-se, através da análise de *Adelaide de Sargans*, de *Asarce e Ismênica* e das *Cartas de uma peruviana* demonstrar as estratégias dos editores dos periódicos para fazer circular os romances através de títulos diversos, de forma dissimulada de modo a não associar o gênero a periódicos destinados à leitura da família, como o foram *O Ramalhete*, de Portugal e o *Jornal da Família*, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Romance e periódicos; *Adelaide Sargans*; *Asarce e Ismênia*; *Cartas de uma Peruviana*.

ABSTRACT: This work aims to discuss the quotation process, appropriation and uses of the journalistic writing in the 19th century in Brazil and Portugal, and establish some propositions to a more verisimilar approach of the publishing strategies and the publication of periodicals at this time. Broaching the three titles of prose fiction in the perspective of its publication in the newspapers — *Adelaide de Sargans*, whose authorship is attributed to the Baronesa de Wart,

¹ Docente da Universidade Federal da Paraíba; bolsista de produtividade e pesquisa do CNPq. Este trabalho é parte dos resultados de pesquisa de pós-doutorado, “A escrita epistolar nos quadros da cultura luso-brasileira: (1808-1840)”, desenvolvida em Lisboa, com financiamento da CAPES.

Asarce e Ismênia, by Montesquieu and *Cartas de uma peruviana*, Françoise de Graffigny — to which we will give the common title of novel, although we have the conscience of this gender instability at the time that is broached here, this paper aims to also contribute to the literary historiography, especially the one which tries to register the novel and its different manners of showing itself in the periodic context. We defend that, since the 18th, the periodic was a newspaper support, what promoted the foundation of the novel, once this, since this time, it has brought different forms of stories in slices, in pieces and which circulated, be it as books in every corner of the Luso-Brazilian universe. We try, through the analysis of *Adelaide de Sargans*, of *Alsace e Ismênia* and of *Cartas de uma peruviana*, to demonstrate the newspapers editor's strategies to put into circulation the novels through different titles, in a dissimulative way so as to not associate the gender to periodicals destined to the reading in family, as it was with *O Ramalhete*, from Portugal, and *Jornal da Família*, in Brazil.

KEYWORDS: Novel and periodicals; Adelaide Sargans; Asarce e Ismênia; Cartas de uma Peruviana.

1. OS NOVOS GÊNEROS E AS ESTRATÉGIAS DOS EDITORES

Este trabalho tem como objetivo discutir o processo de citação, apropriação e usos da escrita jornalística no século XIX em Portugal e no Brasil, principalmente no que diz respeito à prosa de ficção e ao estabelecimento do romance como um gênero dos jornais, no século XIX. Não se trata de retomar aqui o consagrado estudo de Marlyse Meyer sobre a relação do romance com o espaço folhetim dos jornais franceses. Trata-se de pensar o percurso tortuoso de um gênero que, surgido em livro, sem designação fixa de gênero, é apropriado pelo periódico do século XIX a partir de diversas concepções, tão variadas quanto aquelas dos editores dos jornais. Para esta abordagem e hipótese que levantamos, se faz necessário estabelecer algumas proposições para que se torne mais verossímil e mais próxima das estratégias de editoração e de publicação dos periódicos desse tempo. Chamo de estratégia na falta de vocábulo mais apropriado, mas poderia utilizar, da mesma forma, a palavra tensão, no sentido que a toma Roger Chartier (2012), quando analisa o processo de escrita do fim do século XVIII e início do XIX, conforme veremos mais adiante.

Ao abordar três títulos de prosa de ficção francesa, publicados originalmente em livro no século XVIII, com designações diversas, tenho consciência da instabilidade deste gênero no tempo aqui abordado e, por isto, este artigo visa também contribuir para a historiografia sobre o romance, sobretudo aquela que tenta inscrever “o romance não mais no espaço demarcado pelas linhas divisórias das nações, mas em um mundo cujas fronteiras se alargaram e no qual o romance viaja e viceja como forma verdadeiramente livre na sua tradutibilidade” (VASCONCELOS, 2010, p. 187). E se algo favoreceu a viagem e o “mundo sem fronteiras” do gênero, ao

qual se refere Franco Moretti, no seu *Atlas do romance europeu — 1800 — 1900* (2003), esse algo foi o periódico, o jornal, que desde o século XVIII já trazia narrativas de todas as formas em fatias, em pedaços e circulavam, seja em folhas, seja em forma de livros por vários cantos das centenas de periódicos do universo luso-brasileiro. Assim, ao contrário do que defende Moretti (2003), entende-se que é dele, do jornal e do periódico, e do seu editor, conforme se verá a seguir, a prerrogativa de reescrever-se, reinventar-se, mudar de nome e de forma, transmutar-se.

A primeira das estratégias utilizadas pelos editores dos periódicos dos séculos XVIII, com penetração até o fim do XIX, diz respeito ao uso do encobrimento, ou da *dissimulation* (LAUSBERG, 1967), técnica retórica que consiste em encobrir e dissimular os procedimentos de escrita. Manifestada das mais variadas formas, exige do pesquisador cuidado com as fontes, as citações, as designações de autoria. Partilhada e compreendida pelos leitores, estas astúcias vão além do pseudônimo, do anonimato, das letras invertidas. Eles incluem, conforme veremos adiante, modificar o gênero do escrito, trocar o autor, recorrer à antiga astúcia de dizer ter encontrado os escritos e até mesmo de encobrir o enredo com ilustrações ou gravuras; estes são, conforme veremos, elementos constitutivos de alguns periódicos luso-brasileiros. Enfim, trata-se de pensar essa dissimulação como economia interna da linguagem, ou seja, como elemento constitutivo de um modo de escrever e de ler de um tempo, nos periódicos luso-brasileiros dos séculos XVIII e XIX.

É preciso salientar que, definitivamente, a escrita literária nos periódicos não estabelece uma relação de transparência, homogeneidade e uniformidade com o real. Constitutiva da sua linguagem, a dissimulação da escrita jornalística camufla e inventa até mesmo a forma romance. Pode-se afirmar que os artifícios empregados pelos editores também se fazem a partir das noções de autor, de literatura, e de originalidade próprias ao tempo. Portanto, não nos interessa aqui a forma ou o conteúdo do romance, mas as estratégias de sua publicação no suporte jornal. Conferir aos periódicos o mesmo status dos arquivos e das pesquisas que visavam encontrar em seus espaços os mesmos conteúdos das bibliotecas e arquivos significa, para usar um termo de Michel De Certeau, “ressuscitar o morto”, pois

não se pode chamar “pesquisa” ao estudo que adota, pura e simplesmente as classificações de ontem, que, por exemplo ‘se atém’, aos limites propostos pela série H dos Arquivos e que, portanto, não define um campo objetivo próprio. Um trabalho é ‘científico’ quando opera uma *redistribuição do*

espaço e consiste primordialmente, em *se dar* um lugar, pelo ‘estabelecimento das fontes’ — quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras (DE CERTEAU, 2006, p. 83, grifos do autor).

Pensando com Chartier (2012, p. 264) estas estratégias aplicadas pelos editores serão compreendidas a partir das “tensões essenciais que atravessam a cultura escrita da Europa moderna. De um lado, ela mostra a extrema mobilidade e instabilidade dos textos, constantemente revisados, adaptados, reescritos”, característica que não é só prerrogativa do romance como o defende Moretti (2003). Assim, trazemos para o estudo do suporte jornal e dos romances publicados em periódicos do XIX alguns aspectos próprios à prosa de ficção, a fim de melhor compreender a presença dos títulos do século XVIII, *Adelaide de Sargans*,² da Baronesa de Wart, *Asarce e Ismênia*, de Montesquieu e *Cartas de uma peruviana*, de Françoise de Graffigny, — este último publicado em vários momentos no Brasil e em Portugal, sem a indicação de autoria, apenas com a informação sobre a sua tradução do francês, “por uma Senhora”.

A despeito do sucesso de público que causavam as novelas ou romances em meados do século XIX, na década de 30, o gênero ainda gozava de pouco prestígio entre os homens de letras e sua leitura para as mulheres era pouco recomendada, principalmente no que tange o aspecto moral como pode ser percebido nas palavras do editor do jornal português, transcritas a seguir:

Dois foram sem dúvida os motivos que determinaram os Sr.s Assinantes da nossa Redação; 1º proteger a nossa empresa; 2º querer ministrar às suas famílias a leitura de coisas úteis e honestas, em lugar de Novelas, que corrompem os costumes, e que tão funestos resultados têm produzido nos jovens corações. Por qualquer destes motivos, nós agradecemos, bem como desprezamos as censuras de ignorância, que nos foram dirigidas por aqueles, que esperam talvez encontrar nesta Obra as chocarrices, que temos protestado desterrar dela (*Biblioteca Familiar e Recreativa*, 1835, p. 97).

² No periódico português *Museu Portuense, Jornal de História, Artes, Ciências e Belas Letras*, o romance é publicado com autoria atribuída à Baronesa de Wart. Conferir: N 10, p. 154, 15 dez. 1838.

Contudo, a despeito da advertência, os editores não tinham como fugir à demanda dos seus leitores, que clamavam por histórias, narrativas, novelas, cartas, enfim, toda sorte de prosa que viesse a satisfazer o desejo pela leitura de histórias. E é neste ponto de tensão que se encontra, de um lado, um suporte — o jornal, — e de outro um gênero que ainda estava por se firmar e se instituir. É neste confronto que nasce esta pesquisa. Mentir aos leitores faz parte, portanto, da *dissimulation*, própria à escrita dos periódicos. Dizendo de modo simples, a análise aqui levada a cabo não descarta, portanto, a materialidade na qual se inscreve a história, que são seus suportes e veículos, considerando, portanto, o fato fundamental de que as formas que fazem com que os textos sejam lidos também participam da construção de seu significado (MACKENZIE, 2004). Por isso, deve-se considerar sobremaneira a abrangência de circulação e o número imenso dos periódicos do mundo luso-brasileiro da primeira metade do século XIX, que possibilitavam, por sua vez, o acesso irrestrito a uma grande quantidade de textos escritos. Numa perspectiva que lembraria, não fosse anacrônico, o copiar e colar dos dias de hoje, os modos de escrever dos periódicos desta época incluíam como forma legítima de escrita o processo de cópia, extração e paráfrase.

Conforme defendemos, a pesquisa em periódicos exige do investigador ampliar os seus limites para além de um jornal, um ano, uma época ou até mesmo um país. Foi a partir desta concepção teórico-metodológica que se deu o nosso encontro com o jornal português *O Ramalhete. Jornal de instrução e recreio* (1837), quando se pesquisava a publicação de cartas em periódicos portugueses. Segundo o “Prospecto” que apresenta o periódico, a Sociedade do Jornal “procurarão (sic) que ele marche constantemente ao aperfeiçoamento, nitidez, e curiosidade” (1837, n.1, p. 8). O outro periódico que será contemplado é o *Jornal das Famílias*, editado por L. B. Garnier, que circulou no Rio de Janeiro e províncias brasileiras de 1863 a 1878. Este jornal entrou no corpo do trabalho, quando procurava referências sobre o romance *Adelaide de Sargans*, na web. Diferentemente de *O Ramalhete*, o *Jornal de Famílias* já é bastante estudado (CRESTANI, 2006; PINHEIRO, 2012; FARIAS, 2012), principalmente pelo fato de Machado de Assis ter sido um dos seus colaboradores. A página de abertura do *Jornal das Famílias* reforça, aos leitores, o que já estava explícito no título: “mais do que nunca dobraremos os nossos zelos na escolha dos artigos que havemos de publicar, preferindo sempre os que mais importarem ao país, à economia doméstica, à instrução moral e recreativa, à higiene, numa palavra, ao recreio e utilidade das famílias” (01/1863, p. 2). Vários são os estudos que demonstram a presença privilegiada da prosa, principalmente das

narrativas de ficção, na produção bibliográfica, nos catálogos e nos periódicos do século XIX (LAJOLO;ZILBERMAN, 1996; AUGUSTI, 2010). Há, contudo, outra forma de prosa, presença constante nos periódicos luso-brasileiros, que é a “explicação da estampa”, um dos inúmeros gêneros dos periódicos da época, que ainda precisa ser estudado.



Figura 1 — Estampa do jornal *O Ramalhete* (23 nov. 1837)

A abordagem deste gênero de escrito tem como objetivo apenas demonstrar como algumas estratégias foram utilizadas pelos editores para a publicação de alguns títulos, considerados impróprios para este tipo de periódico. No caso de *O Ramalhete*, a seção “análise da estampa”, acima ilustrada, se mostra como forma de estratégia editorial, para publicação de certa prosa de ficção, e tem início logo no número primeiro do periódico onde, sem indicar as fontes, *O Ramalhete* dá início ao quadro “Análise da Estampa”, com a narrativa sobre um genovês, chamado Mergolo Lergari. Este nome, que não consta em livros, nem aparece em pesquisa do Google, leva-nos a supor seu teor fictício, tampouco revelado aos leitores. Continuando a seção “Análise da estampa”, o número dois traz a gravura do Estado de Bondoo, situado na África ocidental, e a sua respectiva análise.

Embora um pouco maior do que a primeira, a narrativa não traz assinatura ou indicação de fonte.



Figura 2 — Estampa do jornal *O Ramallete* (30 nov. 1837)

Os números seguintes vão dando sinais de que o gosto pelo exótico e o longínquo se alcançou “reduzida prática no Romantismo português, por falta de gosto ou real aparência de viagens e aventuras” (FRANÇA, 1997, p. 180), não o foi por falta de leitores e do interesse desses pelo assunto. Quando não figuravam no quadro das estampas acima referido, a referência a lugares distantes e exóticos aparecia sempre no corpo no jornal. No número três (3 dez. 1897) tem-se a estampa do Rajah de Baroda, cidade das índias orientais. O número seis na seção “Variedades” apresenta os “Costumes dos habitantes da ilha do Taiti” (28 dez. 1837). São vários os títulos que demonstram ser este um tema de interesse que no ano seguinte irá aparecer sob o epíteto de “Viagens”, na coluna “Variedades”, ou de “História Oriental”.³ Aos poucos e com o passar do tempo, o que era espaço de

³ Afora essas narrativas cuja apropriação é aqui analisada, o jornal *O Ramallete* apresenta vários quadros e matérias tendo a história como conteúdo. Só o quadro “Análise da Estampa”, quando

narrativas e descrição de paisagens exóticas se transforma numa passagem lenta e gradual em espaço para a “novela” — designação do próprio periódico e outras narrativas de ficção, conforme se percebe nas figuras 3 e 4 a seguir, que ilustram a inserção do romance *Adelaide de Sargans*, como *História Suíça* e *As narrativas e infortúnios de Francisco Burgett*.



Figura 3 — Estampa do jornal *O Ramallete* (16 maio 1869)

Esta passagem que transporta as pequenas narrativas de um quadro para outro demonstra a primeira das tensões formuladas por Chartier (2012, p. 264), que é a “extrema mobilidade e instabilidade dos textos, constantemente revisados, adaptados, reescritos”. Embora o autor analise esta tensão em *Cardenio*, obra atribuída a Shakespeare, do século XVII, esta estratégia também pode ser encontrada nos periódicos luso-brasileiros dos séculos XVIII e XIX, cuja existência muita vezes dependeu da cópia, da adaptação, da reescritura de textos vários, mudando-se o gênero e o suporte

não está publicando novelas, apresenta sempre assuntos ligados à história ou personagens históricos nos seguintes anos de sua publicação: “Megollo Legari (sic)” (23/11/1837); “A aurora de Guido em Roma” (07/06/1838); “Tratado de Guilherme Penn com os índios” (04/04/1839); “Monumentos nacionais. A coroação D’el-Rei D. João I” (17/10/1839). Em 1840, o jornal acrescenta uma coluna com o título de “Estudos Históricos”.

ou até mesmo tendo como fonte o jornal como suporte. No Brasil, o exemplo consagrado é o do jornal *O Carapuceiro*, do Padre Lopes Gama, cuja fonte principal de escritos foi o periódico inglês do início do século XVIII, *The Spectator* (1711- 1712, 1724), conforme já apontou a historiadora Maria Lucia Pallares-Burke (1995).⁴ O que a historiadora não poderia saber, pois se trata de estudos que vem sendo feitos a partir da primeira década deste século, é que não se trata de uma “cópia” ou adaptação restrita ao padre pernambucano, mas de um procedimento da escrita jornalística, corrente à época.

Voltando ao jornal *O Ramalhete*, é possível observar a publicação sistemática de narrativas a partir do gosto dos leitores, e é a partir da sua demanda que os redatores vão inserindo a prosa de ficção ou as novelas nos quadros da sua publicação. Segundo Mackenzie (2004, p. 29), “novos leitores, naturalmente, produzem novos textos, cujos novos significados surgem em função das novas formas”. Assim, o gosto pelas narrativas de viagem bem como o apreço pelas gravuras são estratégias de escrita que serão utilizadas para mascarar o nome do autor, o título das obras e a sua procedência. É dessa forma que uma seção dedicada à análise de estampas passa a incluir os romances e as novelas entre gravuras e as narrativas exóticas minimizam sua importância e significação, conforme se observa na figura abaixo. A hipótese que defendo é a de que os jornais dedicados à família precisavam de alguma forma escamotear a presença das novelas e dos romances, na década de 30 em Portugal e na de 60, no Brasil, haja vista serem os pais e maridos aqueles que pagavam pelas assinaturas.

2. O ROMANCE DO SÉCULO XVIII E SUA APROPRIAÇÃO PELOS PERIÓDICOS DO SÉCULO XIX

Passemos à primeira publicação a ser analisada no jornal *O Ramalhete*. Trata-se da novela de Montesquieu, *Arsace e Ismênia* (1730),⁵

⁴ Uma concepção que descarta os periódicos do circuito de circulação da leitura esquece que o formato de livros tomados pelas folhas do mundo luso-brasileiro favorece o seu armazenamento e catalogação aos modos daqueles empregados pelos livros. É possível, em uma consulta ao catálogo da Fundação Biblioteca Nacional, encontrar a indicação dos 8 volumes que compõem a coleção de *The Spectator*, com data de 1776, editada em Edinburg, cuja origem foi a Biblioteca Real.

⁵ Trata-se de uma das duas novelas escritas pelo autor, pouquíssimo referida em sua bibliografia. Consulta feita à obra em <http://archive.org/stream/cu31924027361546#page/n125/mode/2up>.

que segundo Rodrigues (1951, p. 14), foi traduzida por A.V.C.S. e impressa na Tipografia Rollandiana, em 1827. Sua aparição ocorreu a partir do número setenta e quatro, em 20 de junho de 1839, e finalizou no número setenta e oito, de 18 de julho do mesmo ano, sendo seu conteúdo todo publicado na seção “Variedades”, com o epíteto de “História Oriental”, da mesma forma em que aparece na edição francesa de 1799.⁶ Em *O Ramalhete*, contudo, não aparece a indicação de autoria, corroborando o que dizíamos acima sobre o escamoteamento do gênero e dos autores.



Figura 4 — Estampa do jornal *O Ramalhete* (4 jul. 1839)

Observa-se que o epíteto de “História” garantirá ao romance credibilidade, verossimilhança e até mesmo respaldo para sua publicação em um jornal de recreio, destinado à leitura familiar. Neste caso, pode-se conjecturar que o nome do autor tenha sido o motivo para o anonimato, o de não querer se comprometer com seus ideais iluministas. Em Portugal, o nome de Montesquieu estava relacionado às proibições da Real Mesa Censória, principalmente, *As cartas persas* e *O Espírito das leis*. A despeito da

Plinval (1978), Beaumarchais et al (1998) e Thiegen (1955) sequer chegam a mencioná-la quando abordam a bibliografia do escritor.

⁶ *Œuvres complètes*, de Montesquieu. Nouvelle édition. A Basle, chez J. Decker, Imprimeur-Libraire, 1799, t. 7, p. 59-114. Disponível em: <http://books.google.pt>

suspeição do nome de Montesquieu, é possível pensar que *Arsace e Ismênia*, compondo as obras completas do autor, publicadas em Paris em 1797, constando de uma relação de livros para João Pedro Aillaud, tenha servido de fonte para os editores do jornal, haja vista sua pouca circulação em fins do século XVIII (MARTINS, 2005).

Este processo de apropriação e reutilização de escrito já publicado em livro justifica o fato de *Asarce e Ismênia* não possuir ninguém que assuma a sua tradução. Este romance, com pouca tradição crítica e raramente referido nos estudos do romance francês, e da obra de Montesquieu, apresenta todos os elementos de um romance-folhetim:⁷ o herói corajoso e camuflado, a presença de elementos mágicos como a aparição súbita de joias e dinheiro, a falsa morte e a confissão amorosa indireta, além do final feliz, promovido pelo amor incondicional do herói pela heroína.

O segundo romance, analisado em *O Ramallete*, que apresenta particularidades e desdobramentos que vão repercutir no *Jornal das Famílias*, impresso no Brasil, três décadas após é a novela *Adelaide de Sargans*, da Baronesa de Wart. Incluído no quadro “Análise de Estampas”, o título da novela precede o de “História da Suíça”. Ao fim do primeiro capítulo, consta

⁷ Passada no reino de Bactriana, a narrativa conta a história de Ismênia, herdeira do trono, e do misterioso Aspar, que livra o reino da opressão e das guerras semeadas pelo rei de Hircânia que com ela queria casar-se. Grande parte do enredo é ocupada pelas peripécias do herói e da sua relação pouco amigável com as mulheres. Esta relação tem início quando Aspar, mais jovem amava Ardasira, mas fora prometido e obrigado a casar-se com outra princesa deveras autoritária. Esta possibilidade leva Ardasira, primeiro, a tentar o suicídio e depois a propor que eles fujam. A ideia da fuga é aceita e ambos partem pelas montanhas até chegarem em terras seguras e estabelecerem um reino de paz e harmonia em Margiane, com os poucos escravos e o ouro e prata que haviam roubado. A possibilidade de lutar e mostrar a sua identidade leva Aspar a ir em busca de um reino em guerra, fato que encolerizou Adarsira que, com a ajuda de escravos, sequestra o amado e o leva a Margiane. A vingança dela é vesti-lo e obrigá-lo a agir como mulher, ao que seguia todo um rol de ações humilhantes como a de despentear o seu cabelo. Mantido como escravo, vestido de mulher, Aspar é obrigado a confessar seu amor por Ardasira quando esta o interpela como uma princesa, oculta atrás de véus. A declaração de amor e a sua prova de fidelidade garantem a sua liberdade e um bom tempo de paz e harmonia, até que um Príncipe “tirano, capaz de todos os crimes: mas nada o fazia tão odioso como os contínuos ultrajes, que fazia a um sexo”, se encanta por Ardasira e intenta roubá-la (*Asarce e Ismênia, O Ramallete*, n. 76, 4 jul. 1839, p. 204). Cheia de peripécias, a nova situação leva o herói a se vestir de mulher e adentrar o palácio do tirano a fim de matá-lo para livrar a sua amada. Pensando ser a ausência do amado uma nova fuga, Asarce presencia a suposta morte por envenenamento de Ardasira. Em fuga, desolado encontra na defesa da princesa Ismênia e do seu reino um motivo para viver. Contudo, a verdadeira princesa Ismênia não é aquela que se encontra no reino, mas Ardasira, filha mais velha do rei, que fora mandada para longe a fim de evitar disputas com sua irmã, a falsa Ismênia. O final é feliz, ela narra como tomou um falso veneno para fingir-se de morta, e o amor leal de Asarce por Ismênia dá ao reino paz e prosperidade.

entre parênteses a informação “Pela Duquesa d’Abrantes”, modo pelo qual se indicava a autoria de alguns escritos na época. O segundo capítulo informa que o texto da “Análise da Estampa n. 11” “foi tirado dos antigos anais da Suíça, e particularmente daqueles da casa de Sargans”, ratificando, portanto, que não se tratava de ficção ou de romance, mas de história: “Tudo é exato, e copiado da história. E o que se diz de Rodolfo de Wart, e sua desgraçada esposa, se encontra no que se acha escrito do assassino d’Alberto d’Austria” (*O Ramalheite*, n. 12, 8 fev.1838).

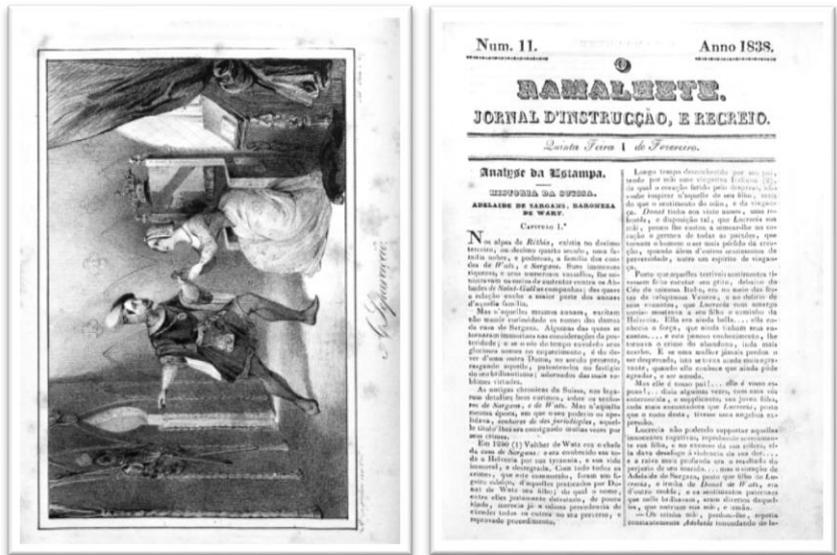


Figura 5 — Estampa de *O Ramalheite* (1 fev. 1838)

O número seguinte, a despeito do “continuar-se-á”, traz uma estampa sobre as máscaras e os números quinze e dezesseis retomam a história *Adelaide de Sargans*, que é concluída neste número, no qual a trágica história aparece como sendo extraída do periódico, *Museu Francês*, onde teria sido publicada pela duquesa de Abrantes. Como a citação das fontes pelos jornais não obedecia a qualquer rigor, uma consulta ao catálogo da Biblioteca Nacional de Paris também não conseguiu localizá-lo. Sobre o periódico em que teria sido publicado, *Museu Francês*, o título que melhor se

aproxima é o *Musée des familles* [Texte imprimé]: *Lecture du Soir*,⁸ publicado entre 1834 e 1900.

Vê-se, pois, outra das tensões que estão na base da escrita dos periódicos da época. Diferentemente do que vem se assumindo como discurso de verdade desde fins de fins do século XVIII até meados do XIX, sobretudo no suporte jornal, o escrito *não* necessitava de fontes confiáveis, origens prováveis e certas, que pudessem livrá-lo da presença do “fantasma obsedante”, que teima em “dar a um texto, um corpo, uma materialidade” e “um autor” (CHARTIER, 2012, p. 266), observando com esse exemplo que a questão da autoria e das fontes assumia um caráter bastante instável no jornal do século XIX.

Ao que parece, em Portugal, esta narrativa só foi publicada em periódicos, e devido a estas estratégias de publicação ficou fora da lista dos romances traduzidos que circularam em Portugal. Rodrigues (1951), consciente da importância da tradução dos romances e novelas para a configuração do romance moderno português, faz um exaustivo levantamento dos catálogos e dos anúncios de jornais, mas não cita este título. Consultando o Google Books foi possível identificar outra publicação dessa novela em outro periódico português, *O Museu Portuense: Jornal de História, Artes, Ciências Industriais e Belas Letras* (1838 a janeiro de 1839). Neste periódico, a novela leva apenas o título *História da Suíça — Adelaide de Sargans*, baronesa de Wart. Observa-se, na análise feita até o momento, que estamos nos apropriando de *Adelaide de Sargans*, como novela, romance-folhetim, pelo fato de sua publicação em *O Ramalhete* ter-se dado quase um século depois de sua publicação em livro, em um mesmo espaço utilizando-se das mesmas estratégias de *Asarce e Ismênia*, outro “romance”, cuja característica foi apagada para melhor se adequar a um jornal destinado à família portuguesa.

Pesquisando sobre o título do romance, *Adelaide de Sargans*, baronesa de Wart, encontramos o artigo de Pinheiro (2012) sobre os romances publicados no periódico brasileiro *Jornal das Famílias* (1863-1870), no qual também se encontra o citado título. Através dele, é possível perceber as variadas estratégias de composição dos periódicos da época, as várias formas de utilizar o efeito retórico da *dissimulation* e, mais que nunca, perceber que só os incautos leem os periódicos a partir de uma relação de transparência entre o que está escrito e a realidade. Mais problemático ainda é assumir como critério de verdade histórica os nomes e as iniciais que

⁸ Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/servlet/ListeNotices?host=catalogue> Acesso: em 15 nov. 2012.

precedem os romances, novelas ou qualquer outro escrito que circulou naquele suporte.

O prólogo em análise, para garantir maior verossimilhança ao “romance histórico”, remonta ao ano de 1849, quando o seu narrador cursava o quarto ano na Faculdade de Olinda. Segundo Germana Sales (2003, p. 15), os prólogos ou “prefácios desempenham função essencial no espaço dos romances em que estão presentes, funcionando também como área de debate e definição das ideias que começam a surgir e como composição que legitimam”. Além desse aspecto seminal, ressaltado por Sales, outro ingrediente fundamental, possível de ser identificado no processo de elaboração da narrativa que irá se publicar no *Jornal das Famílias*, é o de garantir, a Adelaide de Sargans, credibilidade moral. Para este fim, o editor introduz no seu prólogo a figura do padre Lopes Gama, um dos mais ferrenhos detratores das novelas. Assim, o livro sobre a História da Suíça a partir do qual o autor do prólogo irá construir a sua novela é oferecido pelo padre, como

repositório fiel e sistemático de todas as tradições importantes da Suíça. Seus principais acontecimentos, pela maior parte profundamente dramáticos, aí vêm narrados com elegância e verdade, e a prova é toda esta história (disse-me ele designando certas páginas) do infeliz regicida conde de Wart e de sua ainda mais desditosa esposa Adelaide de Sargans. É tão fértil de interessantes episódios que constitui um dos períodos mais importantes dos anais da Helvécia, e como o senhor tem tendências romanescas, empraça-o a que o leia.[...]. Não perderá o seu tempo, e talvez daí lhe resulte proveito. Veja se escreve sobre estas bases um romance histórico; afianço-lhe que há matéria para isso (FILGUEIRAS, C., 1869, p. 71).

Uma análise mais detida irá identificar as sutis mudanças na linguagem entre uma história e outra, mas o enredo, as ações e os diálogos mantêm-se fiéis ao texto do jornal *O Ramalhete*. Assim, o que chama a atenção neste prólogo é que, embora endereçado às leitoras, representa-se na figura do padre Lopes Gama, nas “suas” palavras e no seu conselho, o ideal de romance passível de ser aceito pelos pais e maridos. Ademais, ao contrário de alguns periódicos que não se envergonhavam apresentar as fontes de seus romances e extratos, o *Jornal das Famílias* o aproxima do objeto livro, que

foi encontrado pelo autor do prólogo na casa do padre, e da sua referência histórica, como critério de legibilidade.



Figura 6 — Estampa do *Jornal das Famílias* (Mar. 1869, p. 69).

Este artifício era muito comum e se constituía como um modo de escrever e de ler nos periódicos do século XIX. A título de exemplo, transcrevemos abaixo a introdução do periódico *O Romancista: Jornal de Recreio*, no qual é possível identificar, pelo tom jocoso dos seus redatores, esta prática de escrita:

Assim como as abelhas volteiam de flor em flor para de seu pólen extraírem os elementos do mel, e da cera de que compõem os seus favos, assim não escrupulizaremos de

aproveitar-nos dos trabalhos dos nossos Colegas do Jornalismo extraindo de seus números algumas Novelas e Romances, para enriquecermos a nossa coleção; oferecendo-as às nossas Leitoras, e Leitores, desafogados dos objetos mais sérios, e espinhosos, de que se encontram rodeadas nos jornais onde primeiro apareceram; isto não tanto por forrarmos ao trabalho de as traduzir de novo, como para darmos um testemunho do apreço em que temos às pessoas, que os têm também traduzido. Não se entenda porém que todo o nosso emprego será transcrever dos nossos contemporâneos, porque já daqui solenemente nos comprometemos a que a maioria das peças por nós publicadas será de nossa original composição, ou de traduções feitas de novo pelos nossos colaboradores (*O Romancista*, 8 jun. 1839, p. 1).

A necessidade de povoar essas centenas de periódicos com narrativas desconhecidas e atraentes para essas leitoras favoreceu uma série de estratégias editoriais entre as quais se encontram o extrato, a cópia, ou transcrição. Ademais, essas histórias careciam de serem também aceitáveis, do ponto de vista moral, para o belo sexo. Essas exigências apontam para um mesmo procedimento em ambos os periódicos: o de buscar em publicações antigas no repertório de novelas, narrativas que venham a saciar a demanda das leitoras. Em outras palavras, os periódicos demonstram a eficácia desse novo arranjo tipográfico favorecido pelo desejo das leitoras e pelo suporte jornal que atualiza, sob o epíteto de romance histórico, romance oriental ou simplesmente novela, antigas narrativas de ficção. Vendo por este prisma, o gosto pelo exótico, pelo oriente e pelas narrativas históricas é menos uma tendência dos autores do que uma exigência das leitoras. Segundo Tiegheem (1955, p. 301), “a voga do romance histórico foi sempre aumentando de 1825 a 1850” e o pioneiro foi Alfred de Vigny, com a publicação de *Cinq-Mars* em 1826. Sendo assim, compreende-se que os editores de *O Ramallete* e do *Jornal das Famílias* se apropriem dessas narrativas com uma destinação diversa daquela original.

O livro *Cartas de uma peruviana*, de Madame de Grafigny, foi traduzido em língua portuguesa pela primeira vez em Portugal em 1802 e publicado pela Tipografia de Simão Thaddeu, com aprovação da Mesa do Desembargo do Paço. Uma nova edição surgiu pela tipografia Rollandiana em 1828. Em *O Ramallete*, no número 38 de 4 de outubro de 1838, o romance surge, pela primeira vez, abaixo do epíteto Novela, com o título de

Cartas de Zília, sem qualquer menção de autoria. No livro, as cartas são apenas numeradas, sem indicação de emissor e destinatário.



Figura 7 — Estampa do jornal *O Ramalhete* (4 out. 1838)

Distribuída por 21 números — algumas vezes eram publicadas mais de uma carta, — até o dia 11 de fevereiro de 1839, quando finaliza sua publicação. Este romance epistolar, um dos primeiros a tratar do amor de uma índia⁹ por um homem branco, promove a feliz união de uma nativa da América Latina, do Peru, com o explorador europeu, que neste caso é o

⁹ Na carta nº 43, de Celina a Deterville, aquela assim se refere à personagem Zília: “Esforçar-me-ia de vo-la remediar, se fosse de uma natureza, que vos custasse remorsos; mas não ignoro que senhor do destino desta bela Índia pelas leis da guerra, tendes respeitado sua formosura, seus sentimentos, e suas desgraças”. *O Ramalhete*, p. 85 – 86, 21 mar. 1839.

francês, na pessoa do personagem Deterville, apaixonado desde os primeiros momentos por Zília que, por sua vez, ama Aza, um guerreiro da sua tribo que a trai. O encontro final de Zília e Deterville é fundado no amor racional, na relação amorosa consentida, posto que sua paixão era toda endereçada ao desleal Aza. Ao contrário do que faria supor uma relação de poder entre os europeus e os índios, é Zília quem dá as regras do jogo e conduz a relação de ambos. Assim, ao contrário do que afirma Prado (2004, p. 138), não se observa uma relação de superioridade do europeu sobre o americano, tampouco se observa que “a princesa inca curva-se às maravilhas da civilização francesa, simbolizada na substituição do seu amor inca pelo do comandante francês”. A narrativa sob o ponto de vista da personagem que escreve as cartas deixa bem claro quem são os selvagens: os espanhóis.¹⁰

O que o romance parece propor, inclusive a partir das palavras da própria Zília, na sua carta n. 38, endereçada a Deterville é casamento consensual entre a natureza e a razão. Senão vejamos o que propõe a personagem:

Vós me dareis algum conhecimento de vossas ciências, e de vossas artes, gostareis (sic) do prazer da superioridade, eu as retomarei descortinando em vosso coração virtudes que ainda não conheceis. Ornareis meu espírito do que pode fazê sociável, gozarei da vossa obra, eu procurarei tornar-vos agradáveis os encantos singelos da amizade pura, e me achareis ditosa de o ter conseguido (Cartas de Zília. (Carta 38º, In *O Ramalhete*. 7 mar. 1839, p. 70).

Algumas coincidências nos levam a refletir sobre o fato de os três títulos serem de meados do século dezessete ao dezoito, e de que todos sejam franceses com tradução portuguesa ainda nas primeiras décadas do século XIX. É preciso pensar a permanência destes títulos e sua apropriação pelos redatores a partir primeiramente da função do jornal como objeto de leitura e de escrita, cujos leitores determinam a permanência e criação de novos gêneros.

Embora estejam distantes no tempo e lugar, o jornal português e o brasileiro se assemelham em vários aspectos no que tange ao processo de escrita, às tensões, definidas anteriormente, formuladas por Chartier (2012),

¹⁰ Conferir a seguinte passagem: “Qual é o povo assaz ímpio que não seja comovido às demonstrações de dor? Que deserto árido viu pois nascer humanos insensíveis à voz da natureza aflita? Mas os bárbaros, senhores do trovão, arrogantes do poder de exterminar; a crueldade é o seu único trilho, Aza! (*O Ramalhete*, n. 38, 4 out. 1838, p. 301).

que ajudaram na formulação e na consagração do gênero romance. Pode-se afirmar que as mutações e a consagração do gênero são consequência direta, não do seu estilo ou de sua essência, do principal suporte onde circularam e de um modo de escrita que previa a reformulação, a adaptação, a paráfrase e a cópia. Chama-se a atenção sobremaneira para o fato de que os artifícios dos editores se sobrepõem à figura do autor e a noção de autoria ou de originalidade estão alheias às publicações. Ademais, ratifica-se aqui a hipótese sempre defendida que a pesquisa em periódicos demanda muito mais do que tomá-los como um arquivo. A pesquisa em jornais dos séculos XVIII e XIX exige compreender seus mecanismos de escrita, suas releituras, usos e apropriações. Além disso, ao tomar como *corpus* um único periódico, sem inseri-lo nas condições de escrita e produção do tempo da sua escrita, corre-se o risco de chegar a resultados equivocados, anacrônicos e empobrecedores.

FONTES

Periódicos:

Bibliotheca Familiar, e Recreativa, Oferecida À Mocidade Portuguesa. Lisboa, Imprensa Nevesiana. 1835.

Jornal das Famílias. Paris: Editora B. L. Garnier. 1869, T. VII.

Museu Portuense, Jornal de História, Artes, Ciências e Belas Letras. Porto, 1838.

O Ramalhete: Jornal d'instrução e recreio. Lisboa: Imp. de C. A. S. Carvalho, 1837-1844.

O Romancista: Jornal de Recreio. Lisboa: Imp. de C. A. da Silva Carvalho, 1839.

Romances:

BARONESA DE WART. Adelaide de Sargans. *O Ramalhete.* Lisboa, 1838.

GRAFFIGNY, Françoise de. Cartas de uma peruviana. *O Ramalhete.* Lisboa, 1838.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. Asarce e Ismenia. *O Ramalhete*. Lisboa, 1839.

REFERÊNCIAS

AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil*. Campinas/ SP: Mercado de Letras, 2010.

CHARTIER, Roger. *Cardenio entre Cervantes e Shakespeare*. História de uma peça perdida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CRESTANI, Jaison Luís. *Machado de Assis no Jornal das Famílias*. São Paulo: Edusp, 2014.

DE CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FARIAS, Virna Lúcia Cunha de. *Machado de Assis na imprensa do século XIX: práticas, leituras e leitores*. Tese de Doutorado. 2012. 238 f. Universidade Federal da Paraíba.

FILGUEIRAS, Caetano Alves de Sousa. “Prólogo”. *Jornal das Famílias*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 97, mar. 1869.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MACKENZIE, D. F. Bibliography and the sociology of texts. In: *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu — 1800-1900*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *The Spectator*. O teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Romances e novelas: uma seção fiel no Jornal das Famílias*. Disponível em <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/romancesenovelas.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2012

PLINVAL, Georges de. *História da literatura francesa*. Lisboa: Presença, 1978.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, teias e textos*. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

RODRIGUES, A. A. Gonçalves Rodrigues. *A Novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1951.

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

SALES, Germana Maria Araújo. *Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826- 1881)*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

TIEGHEM, Philippe Van. *História da literatura francesa*. Trad. Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Estudos Cor, 1955.

VASCONCELOS, Sandra Gardini Teixeira. *O romance como gênero planetário: a cultura do romance*. *Novos estudos — CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 187-95, 2010.

Data de recebimento: 30 out. 2015

Data de aprovação: 2 dez. 2015.